

**A CNBB como promotora de notícia  
e fonte de informação da religião católica no Jornalismo:  
notas como ritual estratégico e meios alternativos de agendamento**

**La CNBB como promotora de noticias  
y fuente de información de la religión católica en el Periodismo:  
notas como ritual estratégico y medios alternativos de programación**

**CNBB as news promoter  
and source of information of the Catholic religion in the media space:  
notes as a strategic ritual and alternative Agenda Setting**

**Robson Dias<sup>I</sup>  
Eliane Muniz Lacerda<sup>II</sup>  
Victor Márcio Laus Reis Gomes<sup>III</sup>**

**Palavras chave:**

CNBB

Agendamento

Jornalismo

New Promoters

Rituais estratégicos

**Resumo:**

Este artigo investiga material empírico, documental, por meio de análise de conteúdo: notas e meios alternativos de agendamento midiático (1968-1977) feitos pela Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB), durante o período da Ditadura Militar no Brasil. A análise leva em conta, tematicamente, cinco casos de religiosos acusados pelo Estado de praticar atividades subversivas, publicados em Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo e O Globo. O objetivo é o de resgatar a CNBB como ator no *processo de produção da notícia* (MOLOTCH e LESTER, 1999), além das ações tomadas como *news promoters* (assessores, organizações) ao se relacionar com os *news assemblers* (repórteres, editores, redações) negociando sentidos a serem ofertados no noticiário aos *news consumers* (público leitor). Muito mais que fonte de notícias no espaço público e no espaço midiático, a CNBB participou ativamente em prol de da cidadania, em prol da luta pelos direitos humanos.

**Resumen:**

Este artículo investiga material empírico, documental, por medio de análisis de contenido: notas y medios alternativos de programación mediática (1968-1977) hechos por la Conferencia de Obispos de Brasil (CNBB), durante el período de la Dictadura Militar en Brasil. El análisis tiene en cuenta, temáticamente, cinco casos de religiosos acusados por el Estado de practicar actividades subversivas, publicados en Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, El Estado de São Paulo y O Globo. El objetivo es el de rescatar a la CNBB como actor en el proceso de producción de las noticias (MOLOTCH y LESTER, 1999), además de las acciones tomadas como news promoters (asesores, organizaciones) al relacionarse con los news assemblers (reporteros, editores, redacciones) Negociando sentidos a ser ofrecidos en el noticiero a los news consumer (público lector). Mucho más que fuente de noticias en el espacio público y en el espacio mediático, la CNBB participó activamente en pro de la ciudadanía, en pro de la lucha por los derechos humanos.

**Palabras clave:**

CNBB  
Programación  
Periodismo  
News promotistas  
Rituales estratégicos

**Keywords:**

CNBB  
Agenda setting  
Journalism  
News promoters  
Strategic rituals

**Abstract:**

This paper investigates the empirical material, documentary, through content analysis: alternative means of notes and media scheduling (1968-1977) made by the Conference of Bishops of Brazil (CNBB), during the period of military dictatorship in Brazil. The analysis takes into account, thematically, five cases of religious accused by the state to practice subversive activities, published in Folha de S. Paulo, Jornal do Brazil, O Estado de S. Paulo and O Globo. The goal is to rescue the CNBB as an actor in the news production process (Molotch and LESTER, 1999), in addition to actions taken by the organization to news promoters (advisors, organizations) to relate the news assemblers (reporters, editors, redactions) negotiating senses to be offered on the news the couple news Consumers (readership). Much more than source of news in the public space and media space, the CNBB participated actively in favor of citizenship in favor of the struggle for human rights.

**A CNBB como promotora de notícia  
e fonte de informação da religião  
católica no Jornalismo:  
notas como ritual estratégico  
e meios alternativos de agendamento**

**Lugar de fala**

Este artigo contém levantamento da parte histórica da pesquisa de mestrado de Lacerda (2007), concentrada e alinhada à ideia de Jornalismo e Sociedade, no PPGFAC/UnB, que analisa a cobertura da imprensa durante a ditadura militar no Brasil, com base em 5 casos de religiosos acusados pelo Regime Militar de praticar atividades subversivas (1968-1977), a partir da análise de publicações do período, nos veículos: *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* (53 itens), pela perspectiva da Teoria da Notícia, da abordagem da Hipótese de Agenda-setting e do enquadramento de notícias. Posteriormente, os resultados da pesquisa são tema de encontros sobre os limites das organizações dentro de um cenário de controle e de perseguição à liberdade de expressão, no contexto do Regime Militar: no *Grupo de Estudos Avançados de Comunicação Midiática e Organizacional*, do mestrado em Comunicação da Universidade Católica de Brasília (PPGSSCOM/UCB). Também guarda relação com o grupo de pesquisa *Prêmios, Indicadores e Estratégias em Comunicação* (DGP/CNPq), no qual os autores são coordenadores e investigam as circunstâncias que as premiações da CNBB se institucionalizam ao operar valores de cidadania e de direitos humanos no espaço midiático, no espaço jornalístico e no espaço público: *Prêmio Margarida de Prata* (Cinema), *Prêmio Clara de Assis* (Telejornalismo), *Prêmio Dom Helder Câmara* (Impresso), *Prêmio Microfone de Prata* (Radiojornalismo). Sendo a edição 2016 do *Prêmio Dom Helder Câmara* fruto dessas reuniões do grupo, na UCB,

por ocasião dos trabalhos do grupo assumir o júri da premiação, nesta oportunidade.

O Jornalismo e a Democracia guardam estreito relacionamento. E as premiações jornalísticas são apontamentos das organizações ao noticiário, por meio do agendamento, de: para onde seguir e como seguir. O Prêmio Dom Helder Câmara (Impresso) existe desde 2002 e premia reportagens mostrem em seu conteúdo valores humanos, sociais, políticos, cristãos e éticos, visando à construção da cidadania e da cultura da paz<sup>IV</sup>.

O intuito desse artigo é, de modo descritivo, trazer à tona a atuação institucional e histórica da CNBB (anos 1960, 1970) em relação ao Jornalismo: uma dentre outras tantas ações perenes em se pautar o noticiário no Brasil. Para tanto, resgatamos essa discussão para circulação e registro em bases indexadas, a partir da plataforma da Estudos de Religião. Uma contribuição baseada em estudo empírico, análise documental, análise de conteúdo, enquadramento de agenda e de noticiário, na perspectiva da *Teoria da Notícia* (HALL, 1999; HACKETT, 1999; MCCOMBS, 2000; MOLOTCH, LESTER, 1999; TUCHMAN, 1999; MOTTA, 2004), na tradição dos estudos em Jornalismo e de Comunicação do Brasil e de Portugal.

**O agendamento da imprensa pela CNBB**

O posicionamento da Igreja na imprensa, ante os acontecimentos com os religiosos acusados de praticar atividades subversivas, não foi unicamente uma questão de querer (ou não) emitir sua opinião. Este problema praticamente obrigou a CNBB a assumir uma postura perante a sociedade. A Igreja se viu na berlinda: de um lado, havia religiosos e leigos ameaçados, torturados, expulsos e assassinados (1); de outro, o regime a acusava de não ter controle sobre sua base e na qual, diziam, haver comunistas infiltrados (2). Estes acontecimentos foram bastante significativos tanto para

a imprensa como para a sociedade, uma vez que ocorreram em um país de maioria católica e também por ter sido a Igreja, que outrora apoiara o golpe na luta contra o comunismo no Brasil, acusada de subversão.

No período, a Igreja Católica adotou então uma postura mais ativa. Passou não só a se autodefender, mas também assumiu uma causa mais ampla: a defesa dos direitos humanos, violados pelo Regime Militar. Essa postura foi importante para a história do Brasil, pois, naquele momento, a Igreja era uma das poucas instituições capazes de enfrentar as ações repressivas da ditadura. Bispos, como dom Helder Câmara (1), dom Paulo Arns (2), dom Ivo Lorscheiter (3) e dom Aloísio Lorscheider (4), não temeram as ameaças da ditadura. A CNBB conquistou, dessa forma, espaço na imprensa para denunciar e criticar, assumindo o papel de *promotora de notícias*, na disputa pela visibilidade no espaço público de mediação jornalística.

Segundo Molotch e Lester (1999, p.38), os promotores da notícias são aqueles que “identificam [...] uma ocorrência como especial, com base em algo, por alguma razão, para os outros”. Geralmente, eles não trabalham em proveito próprio, mas em torno de assuntos de interesse público.

Os promotores usam, muitas vezes, estratégias para agendar a mídia, como entrevistas coletivas, divulgação de *press releases* e de notas, procuram manter bom relacionamento com a imprensa, promovem prêmios de incentivo aos jornalistas. Outros agentes, como as ONGs e os movimentos sociais, precisam usar estratégias mais chamativas para ocupar as páginas dos jornais. Exemplos recentes são os relacionados ao *Greenpeace* e ao MST, que usam iniciativas impactantes para chamar a atenção da imprensa e, conseqüentemente, da opinião pública.

Eventualmente, o trabalho de produção dos jornalistas coincide com o tra-

balho dos promotores de notícia. Conforme Hall (1999, p.228), “os media não criam autonomamente as notícias [...] estão dependentes de assuntos noticiosos específicos fornecidos por fontes institucionais regulares e credíveis”. Como afirmam Molotch e Lester (1999, p.41), “existem paralelos entre as necessidades de acontecimentos dos *news assemblers* e os promotores”. Essas necessidades, entretanto, podem surgir por diferentes razões e não significam que os jornalistas e os promotores “estejam conscientes das implicações do trabalho uns dos outros” (*idem*), mas “de qualquer modo, conseguem produzir um produto que favorece as necessidades de acontecimentos de certos grupos sociais e desfavorece as de outros” (*idem*).

Isto foi exatamente o que aconteceu nos casos dos religiosos, acontecimentos que tiveram seus *valores-notícia* e, conseqüentemente, mais facilidade de serem escolhidos pelos jornalistas para se tornarem notícias. Ao mesmo tempo, foram acontecimentos que atingiram diretamente a Igreja Católica, que sentiu a necessidade de posicionar-se em defesa da causa.

Como promotora de notícias, a instituição usou algumas estratégias simples para agendar a mídia, como entrevistas coletivas e individuais, porém o meio mais comum usado pela CNBB foi a publicação de notas. Dessa forma, a instituição religiosa garantia a não distorção dos seus pronunciamentos e evitava maiores conflitos com o Estado.

### Entrevistas coletivas e individuais

As entrevistas eram mecanismos de intervenção da CNBB no espaço público e no espaço midiático, tentando atingir a pauta jornalística, o noticiário e, conseqüentemente, a Opinião Pública. O corpus deste estudo leva em conta entrevistas coletivas e as declarações individuais à imprensa presentes em jornais analisados. Das 53 ma-

térias, 38 fazem referência a algum tipo de entrevista coletiva ou individual. Metodologicamente, é difícil, entretanto, distingui-las, dado que as declarações prestadas pelos bispos não são apresentadas no formato entrevista (pergunta e resposta), nemé explicitado se o contato foi exclusivo ou coletivo. As entrevistas foram transformadas em notícias, na quais constam as falas das fontes de informação. O fato é que 71,6 % das matérias mostram que a Igreja esteve bastante acessível para dar informações. Em apenas um dos casos, houve resistência da CNBB em se pronunciar a respeito: o dos religiosos dominicanos. A justificativa, segundo dom Aloísio Lorscheider<sup>v</sup>, é que os acontecimentos surpreenderam a presidência da CNBB que tinha acabado de retornar do Vaticano. Conforme dom Lorscheider, tanto o presidente dom Agnelo Rossi, como ele próprio, então secretário geral, não tinham informações suficientes para se pronunciar sobre o assunto. Outro caso no qual a instituição não aparece em entrevistas é o do padre Jentel. O motivo foi a censura ao assunto, como mostram os bilhetinhos:

De ordem superior reitero determinação manter proibição total a noticiário, comentário, transcrição e outras matérias, através dos meios de comunicação social, escrito, falado e televisado, sobre padre Jentel ou assunto a ele vinculado direta ou indiretamente. 13/02/74 (MARCONI, 1980, p. 275).

O autor completa:

De ordem superior reitero determinação sentido manter proibição a divulgação, através dos meios de comunicação social, comentários, referências, transcrição, entrevistas e outras matérias, qualquer procedência, relativa ao padre François Jentel. 23/05/75 (MARCONI, 1980, p.281).

Somente em dois casos foi possível identificar claramente a técnica jornalística

de captação das informações: que se tratava de uma entrevista coletiva. O primeiro caso, em 1968, quando o arcebispo de Belo Horizonte, dom João Rezende Costa, após uma reunião com os padres da arquidiocese, resolveu falar publicamente à imprensa sobre a prisão dos religiosos assuncionistas.

Reafirmando sua confiança aos padres detidos, o arcebispo de Belo Horizonte, d. João Rezende Costa, e o Conselho Presbiteral da Arquidiocese, em entrevista à imprensa, consideraram insuficientes as provas apresentadas pelo Exército e concluíram que os padres 'foram detidos por causa dos pobres' (O ESTADO DE S. PAULO, 7/11/68).

O outro caso se relaciona ao caso dos dominicanos. Quase um mês depois da prisão desses religiosos, o presidente da CNBB, dom Agnelo Rossi, convocou a imprensa para a divulgação de um disco, mas, obviamente, a expectativa dos jornalistas voltou-se para a prisão dos religiosos. Um único trecho da matéria fez referência ao disco:

O cardeal havia convocado a imprensa para solicitar a divulgação de uma notícia sobre um disco, 'Poemas para rezar', que será vendido em benefício do Congresso Eucarístico Nacional a ser realizado em Brasília (O ESTADO DE S. PAULO, 6/12/69).

O restante do conteúdo abordou a fala de dom Rossi sobre a prisão dos padres. De todas as entrevistas observadas, esta parece ser a única entrevista coletiva para a qual a imprensa foi convocada formalmente e, durante a qual, o bispo apresentou um discurso já pronto sobre os dominicanos, apesar de a pauta ser o lançamento do disco. Sobre este caso, na grande maioria das vezes, a CNBB manifestou-se por meio de notas e atendeu a imprensa ocasionalmente, por exemplo, no aeroporto ou após reunião com alguma

autoridade. Pelo que se observou, através da leitura das matérias referentes aos casos, esta entrevista era aguardada pelos profissionais da comunicação, entretanto ela só se concretizou praticamente um mês depois dos acontecimentos, tempo suficiente para a CNBB inteirar-se sobre os fatos, porém tardio para o jornalismo e para os próprios religiosos, que a essa altura já tinham sido torturados.

Com relação ao bispo dom Casaldáliga e ao padre Zufferey, quasetodo o agendamento da Igreja se deu por meio de entrevistas, embora também não seja possível distinguir nas notícias quando se trata de entrevista coletiva ou de declaração individual ao jornal. Quase não há presença de notas. Esses dois casos ocorreram: em 1977, quando já se falava em abertura política. Isto talvez tenha sido determinante para a atuação mais livre da CNBB e da imprensa.

Ao final dos anos 1970, com o declínio da ditadura, a Igreja não tinha mais a mesma preocupação que outrora tivera em cuidar das palavras que se tornariam públicas, pois conforme elas fossem interpretadas e apresentadas pela imprensa poderiam agravar ainda mais as relações entre a instituição religiosa e o Estado. A imprensa também vivia um período de mais liberdade, embora ainda houvesse controle. Por isso os pronunciamentos da CNBB deixaram de ser escritos e passaram a ser verbais, diferentemente do que ocorrera no período mais rígido do regime, durante o qual a CNBB atuou mais por meio de divulgação de notas, cuja maioria foi publicada na íntegra pelos jornais, como um ritual estratégico (LACERDA, 2005).

Além das entrevistas, onde a fonte concede informações a um repórter que vá buscá-la no processo de apuração do fato jornalístico, havia também a atuação da CNBB por meio de notas: informação cre-

dível e oficial emitida pelas organizações com a finalidade de ajudar no processo de apuração jornalístico. Nesta lógica: a fonte procura o repórter e/ou seus públicos.

### As notas: um ritual estratégico

De acordo com Tuchman (1999, p. 74), “o uso de certos procedimentos perceptíveis ao consumidor de notícia, protege o jornalista dos riscos da sua atividade, incluindo os críticos”. Os riscos aos quais a autora se refere são aqueles que podem prejudicar tanto o próprio profissional como a organização para a qual trabalha. Para Tuchman (1999, p. 78), “cada notícia afeta potencialmente a capacidade dos jornalistas no cumprimento de suas tarefas diárias, afeta a sua reputação perante os seus superiores, e tem influência nos lucros da organização”. Tuchman faz esta reflexão a partir da percepção do leitor. Por meio de *rituais estratégicos*, por exemplo, o uso das aspas nas declarações das fontes, o jornalista defende a si mesmo e ao próprio jornal das eventuais críticas que o leitor da notícia possa fazer, inclusive de processos de difamação.

Os *rituais estratégicos* adotados pela imprensa durante o Regime Militar no Brasil adquiriram, entretanto, outra dimensão. Os riscos a que Tuchman (1999) se refere eram grandes e poderiam ter consequências muito graves. Estavam em perigo não somente a reputação do profissional e os lucros da empresa, mas a própria vida. Por isso, os rituais estratégicos foram significativos no processo de construção da notícia durante um período de censura e de violação aos direitos humanos.

Dos rituais observados, o mais frequente nas matérias analisadas foi a publicação de notas divulgadas pela CNBB. Foram publicadas, ao todo, 13 notas referentes aos cinco casos de religiosos acusados de subversão (Tabela 1).

Caso	Nº de Notas por Caso
Padres Michel Le-Ven, Xavier Berthon, Hervé	3
Padres dominicanos	5
Padre Jacques Jentel	2
Padre Romain Zufferrey	2
Dom Pedro Casaldáliga	1
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>

Tabela 1: N° de Notas Divulgadas pela CNBB por Caso Analisado  
Fonte: Arquivo jornalístico da CNBB

A maioria das notas refere-se aos três primeiros acontecimentos, ou seja, aos religiosos franceses, dominicanos e ao padre Jentel. Sobre os dois últimos, a CNBB também divulgou notas, mas elas não tiveram a mesma importância que as anteriores. Nos casos do dom Casaldáliga e do padre Zufferrey, o pronunciamento verbal já se tornara mais interessante do que a divulgação de notas, tanto para a CNBB como para a imprensa, visto que, por meio da fala, há mais liberdade de expressão, embora, durante os períodos mais rigorosos da ditadura, as notas tivessem sido importantes para as duas instituições. Para a CNBB, as notas asseguravam a integridade do que fora dito à imprensa a respeito dos fatos. Representavam a segurança de que o pronunciamento não seria distorcido, o que poderia colocar em risco suas relações com o Estado. Para a imprensa, a publicação das notas era uma forma de dizer: “esta afirmação pertence a qualquer pessoa, menos ao repórter” (TUCHMAN, 1999, p.82), evento já considerado pela autora, no arcabouço da *Teoria da Notícia*.

O uso das notas assemelha-se ao das citações e ao uso das aspas, que Tuchman (1999, p. 81) refere conceitua como

sendo *rituais estratégicos*: “ao inserir a opinião de alguém, eles (os jornalistas) acham que deixam de participar na notícia e deixam os ‘fatos’ falar”. Esta estratégia foi importante para os jornalistas brasileiros durante a ditadura, pois lhes garantiu segurança perante as possíveis ações repressivas do regime. As notas serviram para distinguir bem a quem pertencia a fala, ou seja, que ela era da CNBB e não do jornalista que noticiava os fatos. Os jornais, por isso, chegaram a publicar mais de uma nota em uma única edição.

As 13 notas da CNBB foram publicadas em 23 jornais (Tabela 2), a maioria na íntegra. Deve-se levar em consideração também que essas notas foram divulgadas em pequeno intervalo de tempo, em média um mês para cada caso. As notas registradas dizem respeito somente ao posicionamento da CNBB, de seus bispos ou de instituições estritamente ligadas a ela como a Comissão Brasileira Justiça e Paz e as arquidioceses nas quais ocorreram os fatos. Não fazem parte desta análise as notas divulgadas por outras instituições religiosas, por exemplo, as das congregações às quais pertenciam os religiosos, por serem organismos independentes da Conferência.

Caso	Nº de Matérias	Nº de Matérias com Notas
Padres Michel Le-Ven, Xavier Berthon, Hervé	10	7
Padres dominicanos	15	8
Padre Jacques Jentel	5	4
Padre Romain Zufferrey	15	3
Dom Pedro Casaldáliga	8	1
<b>TOTAL</b>	<b>53</b>	<b>23</b>

Tabela 2: N° de Matérias com Notas  
 Fonte: Arquivo jornalístico da CNBB

Ao observar os dados das Tabelas 1 e 2, percebe-se que as notas foram mais difundidas nos casos dos religiosos franceses e dominicanos. Isso pode ter acontecido pelos motivos a seguir detalhados.

1) Percebe-se, pela leitura das matérias, certa resistência da CNBB em se pronunciar sobre os dois casos, pois eles estavam entre os primeiros conflitos que deixaram a Igreja 'na berlinda'. Eles ocorreram no final dos anos 60, logo após a decretação do AI-5 e envolveram mais de um religioso. As acusações aos religiosos franceses provinham de sua relação com a Pastoral Operária e as dos dominicanos, de sua participação tanto na Aliança Libertadora Nacional (ALN) como no movimento estudantil. A CNBB não tinha, até então, lidado com problemas dessa proporção, envolvendo inclusive religiosos estrangeiros, além de encontrar-se em posição neutra com relação ao regime. Para evitar agravamento em sua relação com o Estado, ela procurou primeiro apurar os fatos, para depois manifestar.

2) Outro aspecto relevante foi a preocupação da Igreja com a distorção

das informações. Dom Luciano Mendes de Almeida<sup>VI</sup> afirmou que a imprensa distorcia muito os pronunciamentos da Igreja, o que poderia prejudicar suas relações com o Estado. Por meio de notas, não haveria, portanto, como a imprensa manipular essas declarações.

3) Visto que acensura ainda não era total, como ocorreu no início da década de 70, mas que já existiam as repressões, talvez fosse mais conveniente para a imprensa publicar uma nota na íntegra, pois, dessa forma, ela se tornaria isenta de qualquer acusação, podendo afirmar: 'foi a CNBB quem disse'.

Em contraposição ao número de notas publicadas sobre os casos dos religiosos dominicanos e franceses, o ano de 1977 apresenta pouquíssimas notas, tanto sobre o caso do padre Zufferrey como o do bispo dom Casaldáliga. Como as forças do Regime Militar não eram mais as mesmas, nem sobre a imprensa e nem sobre as instituições, as notas foram substituídas por declarações verbais. Em ambos os casos, a CNBB, na defesa desses dois religiosos, atuou mais como promotora de notícia do que como fonte de informação.



As 13 notas divulgadas pela imprensa foram classificadas no presente estudo como: de esclarecimento, de crítica e de denúncia. Algumas se inserem em mais de uma categoria. Podem ser, por exemplo, de esclarecimento e de crítica ou de denúncia e de crítica.

As notas de esclarecimento limitavam-se a descrever o que estava ocorrendo no momento. Por exemplo, no caso dos religiosos franceses, em 1968, o Secretariado de Opinião Pública da CNBB lançou um comunicado apenas para afirmar que a situação dos padres se encaminhava para 'o indispensável esclarecimento'. Diz a nota:

O Secretariado Nacional de Opinião Pública da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil está autorizado a informar que Dom Aloísio Lorscheider, Secretário-Geral da CNBB, com o objetivo de acompanhar junto à própria fonte o desenrolar dos acontecimentos relativos à prisão dos padres e do diácono assuncionista, esteve em Belo Horizonte, em contato prolongado com D. João Rezende, D. Serafim, o Conselho Presbiteral e o Provincial dos Padres Assuncionistas. Nesta ocasião, D. Aloísio teve a oportunidade de verificar, pessoalmente, que a situação caminha para o indispensável esclarecimento. Em seguida foi ele até São Paulo, a fim de manter o Cardeal Rossi, presidente da CNBB, inteirado do que realmente ocorre na capital mineira, e tratar, ao mesmo tempo, de assuntos de rotina da própria CNBB (O GLOBO, 11/12/68).

A nota sobre a expulsão do padre Jentel é outro exemplo de pronunciamento que selimitou a descrever os

fatos. Apesar de fazer referência à brutalidade com que o padre foi imobilizado, a CNBB não critica a decisão do governo de expulsar o padre do país.

Padre Francisco Jentel retornou ao País, via Estados Unidos, desembarcando normalmente no aeroporto de Brasília, no dia 1 do corrente mês. Vinha da França, onde estivera em visita aos seus familiares e fora fazer cursos de atualização. Recorde-se que em maio de 1973 o mesmo fora condenado pela Justiça Militar de Campo Grande, MT, após conhecidíssimo processo, onde fora voto vencido o juiz auditor (cf. 'Notícias' CNBB, n. 22, 1/6/1975). Recorrida a sentença junto ao Superior Tribunal Militar, por unanimidade de votos, deu provimento à apelação interposta em favor do padre Francisco Jentel para anular a sentença condenatória, determinando fosse ele posto imediatamente em liberdade. Entendeu o Tribunal que os fatos a que se referia o processo (conflito entre os posseiros e os agentes da Companhia de Colonização Codeara) constituíram fatos que devem ser apreciados pela Justiça comum, sendo incompetente a Justiça Militar, já que existia qualquer conteúdo subversivo nas ações praticadas, seja pelos agentes da empresa (igualmente processados), seja pelo padre Francisco Jentel' (cf. Notícias CNBB, n. 21, 24/5/1975). Logo em seguida viajou à França, conforme seu desejo pessoal, de onde retornou a 1 de dezembro. Regressando ao Brasil e nada constando oficialmente em seu passaporte que o impedisse de fazê-lo, dirigiu-se a Fortaleza, em visita a dom Aloísio

Lorscheider, presidente da CNBB e arcebispo local. Hóspede do mesmo, na manhã do dia 12, por volta das 7 horas, quando se dirigia, a pé, ao centro da cidade, juntamente com outro sacerdote, foi o padre Jentel violentamente imobilizado e seqüestrado por quatro desconhecidos, colocado num automóvel e levado a lugar ignorado. Posteriormente, ainda no correr da manhã do mesmo dia, foi localizado no Departamento da Polícia Federal de Fortaleza. Conduzido ao Rio de Janeiro na noite do mesmo dia, está preso em dependências da Marinha. Através de comunicação telefônica do senhor ministro da Justiça, ao senhor cardeal do Rio de Janeiro, foi a CNBB informada de que o senhor presidente da República assinou decreto, no dia de hoje, determinando fosse o padre Francisco Jentel expulso do País (FOLHA DE S. PAULO, 16/12/1975).

Sobre o caso dos dominicanos, a instituição, embora não tenha se limitado a descrever o ocorrido, não toma nenhuma atitude em defesa dos religiosos que estavam sendo torturados pelo regime. Pelo contrário, admite a possibilidade da culpa e, ao mesmo tempo, pede para que ela não seja generalizada a toda a congregação ou mesmo a toda a Igreja. Apesar disso, a nota escrita pelo presidente da CNBB, dom Rossi, faz apelo à observância dos direitos humanos, tanto na defesa dos frades como no tratamento que eles estavam recebendo. Esta nota pode, por isso, ser classificada como de esclarecimento e também decrítica.

Regressando dos trabalhos do Sínodo, defronto-me com os dolorosos acontecimentos dos últi-

mos dias, nos quais estão envolvidos inclusive alguns sacerdotes e seminaristas da Ordem Dominicana. Como presidente da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e como Arcebispo Metropolitano, tenho o máximo empenho em conhecer, para além do noticiário da imprensa, a exatidão dos fatos. Enquanto não me é possível formular e emitir um juízo exato sobre os episódios, desejo ao menos dirigir uma palavra aos católicos de São Paulo e aos homens do meu país: 1. Não tememos enfrentar os fatos desde que eles sejam averiguados, acima das paixões, na verdade e na justiça. 2. Como em outros episódios, não reivindicamos para sacerdotes e religiosos, só porque o são, regalias e privilégios. Mas creio dever reclamar para eles, como para quaisquer cidadãos, a observância dos direitos humanos quer na sua defesa quer no tratamento que recebem. 3. Declaro que não podemos aceitar, por serem semi-evangélicos e até contrários ao bem-estar de nosso país, métodos de violência e de terrorismo. Menos ainda podemos concordar com a participação, na prática destes métodos, de sacerdotes, religiosos e de seminaristas ou candidatos à vida religiosa. 4. Devo repelir porém, com igual energia, que, com qualquer intuito, a culpa pessoal de alguns, mesmo comprovada, seja generalizada para toda uma família religiosa, todo o clero – e até toda a Igreja. Igualmente rejeito, como presidente da Comissão Central da CNBB, que se confunda malevolamente na mesma condenação a ação mal orientada de alguns com os pro-

pósitos e atividades de inúmeros bispos, sacerdotes ou leigos que, na mais profunda fidelidade ao espírito da Igreja, de acordo com as normas do Vaticano II e da Conferência de Medellín, se consagram a um trabalho de evangelização que os aproxima dos pobres e os empenha numa tarefa de autêntica promoção humana. 5. Alimento o desejo e a esperança de que destes acontecimentos traumatizantes possa ainda surgir um clima de entendimento e união em nosso país e o povo possa guardar sua confiança na retidão de intenções humanas e de ação da Igreja no Brasil, que quer manter-se fiel a Cristo e à orientação do Papa Paulo VI (JORNAL DO BRASIL, 11/11/1969).

Os casos do padre Jentel e dos dominicanos tiveram consequências mais graves, se comparados aos demais analisados. A CNBB não atuou com a mesma força como nos casos dos franceses, do sacerdote suíço Zufferrey e do dom Pedro Casaldáliga. Em relação aos religiosos franceses, a CNBB posicionou-se de forma mais crítica e defensiva.

As acusações que, dia a dia, mais se avolumam contra a Igreja em nosso país pedem um esclarecimento autorizado por parte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A Igreja, em seus membros, é tachada de subversiva. Se a Igreja, nos dias atuais, reivindica uma participação ativa na procura do desenvolvimento integral do homem e de todos os homens, ela não está exorbitando de seu campo específico que é o religioso: esta procura é parte intrínseca de sua missão de serviço à humanidade. Mas ela está

ao mesmo tempo consciente que a sua única motivação nasce da palavra de Cristo, do Evangelho, que deverá encarnar-se sempre mais em todos os campos da atividade humana, seja o político como o econômico, o social e cultural. Ao repudiar todo e qualquer sistema econômico, político, social e cultural de inspiração ateia e materialista, ela proclama sua visão integral do homem liberto de qualquer servidão, e ao propugnar a busca cristã da Justiça ela visa aquela emancipação total que permita ao homem usufruir da liberdade dos filhos de Deus. Isto exige em nossos dias transformações profundas em nós mesmos e na sociedade. Portanto, esta exigência de transformações que propugna pela mudança de uma ordem econômica, política, social e cultural manifestadamente injusta não deve ser confundida com subversão de autênticos valores humanos e cristãos que todos nós queremos. (...) No que diz respeito à prisão de padres e um diácono em Belo Horizonte, esclarecemos que não entramos no mérito da legitimidade ou não desta prisão. Esperamos que a justiça de nossas autoridades corresponda à imagem de honradez e hombridade que todos dela queremos ter. Devemos registrar no entanto, que estranhemos que não se tenham dado às respectivas autoridades eclesiais as devidas informações requeridas pelo caso para um possível esclarecimento e defesa das pessoas indiciadas. Queremos que as justas reivindicações do povo, feitas à sombra de nossa bandeira, não se façam jamais de um modo violento, pois a violência,

afirma mais que uma vez Paulo VI, não é evangélica nem cristã. Infelizmente, nesta quadra delicada para o nosso país, estão surgindo com certa frequência tensões e conflitos, perfeitamente evitáveis se houvesse maior prudência, objetividade e respeito pelos valores básicos da sociedade: verdade, justiça, liberdade e amor. Somente nesta linha logramos a verdadeira paz e compreensão e se evitarão os choques entre as pessoas que realmente amam o Brasil e o seu povo (JORNAL DO BRASIL, 5/11/1969).

Nessa nota sobre os padres franceses, a CNBB defendeu a Igreja como um todo das acusações de subversão. Publicada na íntegra por alguns jornais, ela é uma nota bem mais reflexiva do que as anteriormente observadas. É também mais audaciosa, à medida que questiona tanto a ordem política que levou os religiosos à prisão como a falta de provas. Algo similar ocorreu em casos posteriores. Nos casos do padre Zufferrey e do dom Pedro Casaldáliga, a CNBB teve atuação mais ativa do que na dos religiosos franceses. Suas declarações eram verbais e não mais por meio de notas. Neste período, o governo passava por uma crise decisiva para a queda da ditadura, a imprensa e a Igreja já encontravam liberdade para atuar, ou seja, a censura, embora ainda existisse, não era mais tão rigorosa como nos anos anteriores. As instituições passaram a agir com maior liberdade. As notas foram, pois, deixadas de lado, tanto pela CNBB como pela imprensa. Os bispos passaram da atitude de autodefesa para a de denúncia, como mostram os seguintes textos jornalísticos:

O secretário da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom

Ivo Lorscheiter, informou ontem no Rio que 'recebeu de fontes fidedignas de Brasília e Goiás um alerta no sentido de que seria iminente a expulsão de dom Pedro Casaldáliga do Brasil. (...) Diante da ameaça iminente da expulsão de dom Pedro, afirmou dom Ivo Lorscheiter, "o secretário geral da CNBB apela intensamente aos órgãos responsáveis do governo para que um ato de injustiça e hostilidade à Igreja não se consuma" (FOLHA DE S. PAULO, 30/07/77).

Ainda considera-se:

D. Aloísio disse que o caso do Padre Romain será examinado pela Comissão Justiça e Paz, que orientará a ação da CNBB. Acrescentou que tudo será feito para apoiar o sacerdote suíço e que espera que a Justiça funcione. "Normalmente, nesses casos, não aceitamos acordos diplomáticos. O Ministro da Justiça sabe disso. Não seria digno à condição de sacerdotes. Nós estamos sempre do lado da verdade", concluiu (JORNAL DO BRASIL, 22/07/1977).

Nas poucas notas divulgadas pela Igreja, em 1977, observa-se que seu teor é diferente daquelas divulgadas no final dos anos 1960. Os bispos não tinham mais medo de se expressarem; eram firmes em seus posicionamentos a favor dos direitos humanos e da justiça social.

Notas, entrevistas e declarações verbais não foram as únicas estratégias usadas pela Igreja para pautar a imprensa, há outras bastante interessantes por fugirem à rotina do agendamento feito pela CNBB.

## Meios alternativos de agendamento da imprensa

As estratégias de agendamento da CNBB ultrapassaram as usualmente adotadas pela instituição. Das 53 notícias analisadas no estudo, oito apresentam, geralmente na íntegra, telegramas e mensagens de solidariedade à instituição e aos religiosos acusados de praticar atividades subversivas. A maioria das mensagens refere-se aos casos de dom Casaldáliga e dos três religiosos franceses. Exemplificam-se, a seguir, algumas dessas manifestações divulgadas pela Igreja e publicadas pelos jornais:

FORTALEZA (O GLOBO) - O Departamento Arquidiocesano desta capital, cumprindo instruções do Arcebispo Dom José Medeiros Delgado, fez divulgar uma nota de solidariedade aos padres presos em Minas, lida em todas as igrejas da capital e do interior durante as missas.

Os padres presos em Minas Gerais - diz a nota - desmentiram qualquer participação em atividades de guerrilhas. Eles, como outros, sofrem perseguição e calúnia por amor da Justiça como sofreram os mártires da Igreja primitiva. Trabalham pela promoção da classe operária, mas sem violência (O GLOBO, 11/12/68).

Ontem, a CNBB recebeu da Conferência Episcopal Francesa telegrama de apoio e solidariedade nos seguintes termos: "Em nome da Conferência Episcopal

Francesa vos asseguro apoio fraternal na defesa dos Direitos do Homem e preocupação comum à prática do Evangelho". Paul Huet Pleuroux.

A CNBB recebeu ainda outras manifestações de apoio. 'O Movimento Cursilhos de Cristandade do Brasil renova total solidariedade à CNBB, visto referida medida atingir frontalmente a presença e a unidade da Igreja na realidade brasileira'. Também o arcebispo de Belo Horizonte, Dom João Rezende Costa, em nome dos bispos de Minas Gerais e Espírito Santo, enviou mensagem de solidariedade à posição da CNBB em defesa de Dom Pedro.

Dom Alberto Ramos, Arcebispo de Belém, em nome dos bispos do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará, também manifestou apoio e solidariedade à posição da CNBB pela permanência, no Brasil, do bispo Dom Pedro Casaldáliga. Antes, a CNBB já havia recebido apoio dos bispos de Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso (O GLOBO, 2/08/77).

Constam também, como estratégias de agendamento, uma vigília realizada pela arquidiocese de Olinda e Recife, organizada pelo arcebispo dom Câmara, com o objetivo de dar apoio espiritual ao padre Zufferey, em 1977, e encontros do presidente da CNBB, dom Rossi com o presidente da República, Garrastazu Médici e com outras autoridades (Figuras 1 e 2).



Figura 1: Notícia aborda encontro de dom Rossi com presidente da República, sobre religiosos franceses  
 Fonte: Folha de S. Paulo, 08/12/68



Figura 2: Notícia sobre encontro de dom Rossi e presidente Médici, na ocasião da prisão de religiosos dominicanos  
 Fonte: Jornal do Brasil, 20/11/69

Além das mensagens de solidariedade, da vigília e de encontros com autoridades, consta, nas matérias analisadas, a publicação, na íntegra, da homilia feita, em 1968, pelo

arcebispo de Belo Horizonte, dom João Rezende Costa, sobre a prisão dos religiosos franceses, a qual foi lida em todas as paróquias da arquidiocese (Figura3).

## Nova homilia será lida hoje nas igrejas de Belo Horizonte

A exemplo do que fez, no domingo passado, o bispo auxiliar d. Serafim Fernandes de Araújo — pouco depois da prisão dos padres — o arcebispo de Belo Horizonte, d. João Rezende Costa, mandou que fosse lida hoje, em todas as igrejas da cidade, uma nova homilia, cujo texto faz comparações entre a situação atual e outras já vividas pela Igreja, ao mesmo tempo que estabelece conceitos e propõe soluções.

É a seguinte a homilia de hoje, na íntegra:

"Meus caros irmãos. Nesta hora particularmente difícil para a Igreja em Belo Horizonte, encontramos hoje com a Santíssima Virgem Maria, nossa Mãe, na festa de sua Imaculada Conceição. E isto nos vem trazer um sentido de alegria e de esperanças, para que, sob os olhos maternais da Senhora Nossa, encontremos as melhores lições que o Evangelho oferece para todas as horas. E a palavra desta homilia que dirige a todos, num sentido de unidade da Arquidiocese, vem continuar a mesma linha adotada com tanta felicidade pelo caríssimo bispo auxiliar d. Serafim, no primeiro domingo do Advento. Pois continuamos presos os três sacerdotes e o diácono da Igreja do Horto, crescendo dia a dia a nossa admiração pelos seus sofrimentos e a certeza da inconsistência das absurdas acusações contra eles levantadas. Toda a Igreja reza por eles, como rezavam os primeiros cristãos pelos seus irmãos presos.

"Pela sua Conceição Imaculada, foi a Virgem Maria isenta de todo o pecado: "Tu és toda bela, oh Maria, e em Ti não existe a mancha do pecado original". No meio do Povo de Deus, ela é quem nos enche de honra, pois que "nela fez o Se-

nhor grandes coisas". Por isso, os cantos de jubileu da liturgia de hoje: "Tu és a glória de Jerusalém, Tu és a alegria de Israel". Em Maria colocou Deus todo o bem, e libertou-a de tudo o que é maldade. Por um lado, Ela não fugiu dos sofrimentos que a nós cabem como pena do pecado, e assim conheceu, como todos os pobres e humildes, a pobreza, a angústia, o desconforto e tudo o que narram os Evangelhos de suas dores pronunciadas na espada de Simão. Mas, por outro lado, Maria não foi atingida pelas consequências mortais do pecado, como a desordem das paixões e dos vícios, e é então o modelo da Igreja, que Nela encontra a perfeição que deseja e espera alcançar. Em Maria, como diz o Concílio, a Igreja já atingiu a perfeição, enquanto nós, cristãos, ainda vivemos no esforço de crescer em santidade vencendo o pecado (CPL.G., 65). Hoje, queremos contemplá-la como aquela que já goza da plenitude da liberdade que Cristo nos veio trazer na Redenção. Cristo nos veio libertar do pecado e de tudo que degrada a natureza humana. Libertarnos da ignorância, da miséria, da enfermidade, do medo, da angústia e de todo o tipo de opressão. A presença do Evangelho e da Igreja no mundo é para levar os homens todos a essa total libertação.

"Não faz mal que, por essa pregação, possam nascer equívocos, dores e perturbações como as que estamos sofrendo agora em Belo Horizonte. A Igreja tem uma missão a cumprir e o fará com coragem e disposta ao sacrifício. Os sofrimentos da Igreja a aproximam cada vez mais dos humildes, para que melhor possa ela sentir seu-

problemas e ajudá-los a encontrar solução, essa que está no Evangelho e na doutrina social dela decorrente. Aquela sensação de esperança que iluminou o mundo com a publicação da "Pacem in Terris" vem crescendo com o concílio e com os novos ensinamentos da Igreja. É preciso que todos ajudem a crescer essa esperança. Especialmente os grandes e poderosos porque eles, mais que os pequeninos, vêm detendo nas mãos os destinos da sociedade.

"A Igreja, quando prega sua doutrina, não o faz para ser a dominadora do mundo, mas para servir aos homens; não para humilhar ninguém, mas para que todos conheçam seu dever e sua responsabilidade nas transformações sociais que irão permitir a criação de um mundo feliz, sem as dolorosas desigualdades que o egoísmo e a ambição produziram. O reconhecimento dos valores humanos, o respeito à dignidade de cada homem, sua participação livre e responsável na construção da sociedade, o atendimento de todas as suas legítimas aspirações, é o que dará ao mundo um clima de segurança que nenhuma força ou violência conseguiria criar. A Igreja, pela sua doutrina social, quer e pode criar esse clima. Quem não o aceitar está tornando o mundo cada vez mais inseguro.

"Voltemo-nos para a Virgem Imaculada, para que ela nos ajude e nos inspire no caminho. Humilde, pobre, pronta a servir a seus irmãos, ela nos inspira a pobreza evangélica e o amor aos pobres. Fiel serva do Senhor, ensina-nos a confiar em Deus, na sua palavra, na força do Evangelho. Mãe das dores, ensina-nos coragem e intrepidez. Com Ela e seu exemplo, a Igreja tem confiança. As horas do sofrimento passam. Passam

todos os que fazem a Igreja sofrer. Mas os que lutarem e sofrerem pelo Evangelho merecerão a recompensa bíblica: «Quem semeta entre lágrimas, recolhe na alegria». Para nos alentar perante a força dos que nos esmagam no sofrimento, brilhará sempre para nós a Santíssima Virgem, como fonte de permanente alegria: «Tu és a alegria do nosso povo».

Figura 3: Homilia do arcebispo de Belo Horizonte, dom Rezende, publicada na íntegra pelo jornal  
Fonte: Folha de S. Paulo, 08/12/68

Todas essas estratégias de agendamento revelam a atuação da CNBB como promotora de notícia. Sua presença nos jornais não significa, porém, necessariamente, que a forma como os jornais noticiaram os acontecimentos estava de acordo com as expectativas do agendamento da CNBB. Nem sempre hou-

ve a correlação entre o agendado pela instituição religiosa e a forma como o jornal enquadrava a notícia. Diversos fatores provocaram esse desencontro entre Igreja e imprensa, como se evidencia na análise da cobertura da imprensa sobre os cinco casos de religiosos acusados de praticar atividades subversivas.

## Considerações Finais

O processo de produção da notícia (MOLOTCH e LESTER, 1999) leva em conta o encontro entre assessores e repórteres. E ele se relaciona de modo direto com a imprensa durante o Regime Militar se relacionava com as assessorias de imprensa, da época. O cerceamento à opinião e as dificuldades relativas à liberdade de expressão e liberdade de imprensa, do período, exigiram dos atores sociais certa cautela para alcançar o espaço público, espaço midiático e a opinião pública. Neste sentido, a hipótese do agendamento é utilizada para dar sentido aos significados extraídos da análise de conteúdo, a partir de jornais e publicações veiculadas durante o Regime Militar. Há a limitação metodológica da própria Agenda Setting, no que concerne sua discussão epistemológica na Comunicação: ser uma hipótese ou uma teoria. No entanto, para além da epistemologia, ela é bem operacional ao permitir o enquadramento e fluxo noticioso de agendas, ou seja, de pautas que podem ser (ou não) de diversos ramos da sociedade. Neste sentido, este artigo tem grande valor científico por ser fruto de uma pesquisa empírica com abordagem inédita: como a CNBB atuava para pautar a mídia, ou seja: ser promotora da notícia.

O Agendamento trabalha com o conteúdo circulante no Jornalismo, a agenda pública, além de acontecimentos da vida privada. Também estão em pauta agendas de políticas públicas e governamentais, além de fatos e eventos que configurem aparelho do Estado. O artigo alcança o objetivo de resgatar como os *news promoters* (assessores: no caso, a CNBB) se relacionam com os *news assemblers* (repórteres, editores) negociando sentidos a serem ofertados no noticiário par os *news consumers*: não somente o público leitor, mas, também, os cidadãos no processo social de construção de acontecimentos (MOLOTCH; LESTER, 1999, 42). Ainda mais durante o Regime Militar, onde

essa negociação de sentido era cerceada e as relações eram bem tensas. Nesse quesito, mais que notícia, a CNBB foi catalisadora do discurso e do meio religioso organizado (catolicismo), no Brasil, em prol da luta pelos direitos humanos. As notas como *ritual estratégico* e meios alternativos de agendamento, além de práticas históricas utilizadas para superar as restrições do regime autoritário, configuram práticas noticiosas: legítima intersecção entre religião e sociedade, para muito além dos templos, ritos.

## Bibliografia

FOLHA DE S. PAULO. Governo expulsa do País o pe. Jentel. 16/12/1975.

FOLHA DE S. PAULO. Lorscheider denuncia. 30/07/77.

JORNAL DO BRASIL. D. Agnelo só quer Direitos Humanos. 11/11/1969.

JORNAL DO BRASIL. Comissão da CNBB examina trabalho de padre suíço e deverá dar-lhe endosso. 22/07/1977.

JORNAL DO BRASIL. Secretário da CNBB diz que o caso dos padres caminha para o esclarecimento. 11/12/68.

JORNAL DO BRASIL. Sem Título. 5/11/1969.

HACKETT, Robert. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos media noticiosos. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Lisboa, Vega, 1999.

HALL, Stuart *et al.* A produção social das notícias: O mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. p.224-248. Lisboa: Vega, 1999.

LACERDA, Eliane Muniz. *O jornalismo nos limites da liberdade: um estudo da cobertura da imprensa sobre os casos dos religiosos acusados de praticar atividades subversivas durante o regime militar*. 2007. 137 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação)- Universidade de Brasília, Brasília, 2007.



LORSCHEDER, Dom Aloísio. Entrevista realizada em outubro de 2006.

MOLOTCH, Harvey; LESTER Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico dos acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: Questões, teorias, estórias*. Lisboa: Vega. 1999.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Pesquisa em jornalismo no Brasil: o confronto entre os paradigmas midiocêntrico e sociocêntrico*. Comunicação apresentada no Congresso da IAMCR. Porto Alegre, 2004.

MENDES, Dom Luciano. Entrevista realizada em maio de 2006.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. São Paulo: Global, 1980.

MCCOMBS, Mawell E.; SHAW, Donald L. A evolução da pesquisa sobre o agendamento: vinte e cinco anos no Mercado das idéias. In: TRAQUINA, Nelson. *O Poder do Jornalismo: Análise e Textos da Teoria do Agendamento*. p.125-134. Coimbra: Minerva, 2000.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. p.34-51. Lisboa: Vega, 1999.

O ESTADO DE S. PAULO. Igreja aguarda prova de culpa. 6/12/69.

O ESTADO DE S. PAULO. Paris intercede pelos sacerdotes. 7/11/68.

O GLOBO. D. Agnelo apóia arcebispo. 11/12/68.

O GLOBO. Ministério nega estudo para expulsão de bispo. 2/08/77.

O GLOBO. Camargo nega expulsão de Casaldáliga. 30/07/77.

TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia*. Barcelona: GG, 1983.

UCHOA, Pe. Vigílio. Entrevista realizada em novembro de 2005.

---

I Robson Dias. Universidade Católica de Brasília. Contato: rbsn.dias@gmail.com

II Eliane Muniz Lacerda. Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília. Assessora do curso de Jornalismo da Universidade Católica de Brasília. Contato: eliane.lacerda21@gmail.com

III Victor Márcio Laus Reis Gomes. Doutor em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor da Universidade Católica de Brasília. Contato: vmlrg.ucb2015@gmail.com

IV Outros mecanismos de acesso ao noticiário e de motivação da pauta jornalística é o *Prêmio Margarida de Prata* (Cinema), por exemplo, foi criado em 1967 pela Central Católica de Cinema, no âmbito do então Secretariado de Opinião Pública da CNBB. Tem por objetivo premiar as produções nacionais do cinema brasileiro, obras que apresentem em suas temáticas e artística valores humanos, éticos e espirituais.

O *Prêmio Microfone de Prata* (Radiojornalismo) foi criado em 1989. Tem como objetivo principal incentivar e apoiar a produção e a qualidade de programas radiofônicos não só religiosos, evangelizadores, mas também de promoção humana.

O *Prêmio Clara de Assis* (Telejornalismo) foi criado em 2005 e premia programas televisivos nacionais, produzidos e exibidos por emissoras comerciais, educativas ou comunitárias brasileiras e que trazem em seu conteúdo valores humanos, sociais, políticos, cristãos e éticos.

V Informação obtida em entrevista realizada em 2006, como parte integrante do processo de apuração de Lacerda (2007).

VI D. Luciano foi presidente da CNBB no final da década de 70. A entrevista foi realizada durante a 44ª. Assembleia Geral da CNBB, em maio de 2006, como parte integrante do processo de apuração de Lacerda (2007).

**Recebido em 29/05/2017**

**Aprovado em 11/09/2017**